

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

CPMI-PETRO

**Requerimento
Nº 683/14**

REQUERIMENTO Nº

Requer à Petrobras cópia do contrato com a seguradora a que se refere o parágrafo 1º do artigo 23 do estatuto social da empresa e eventuais versões anteriores a 2014 deste regulamento que tratem da contratação do referido seguro, na forma em que especifica.

Requeremos, com fundamento no artigo 58, §3º da Constituição Federal, que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam demandados à Petrobras cópia do contrato com a seguradora, que alcancem o período de 2005 a 2014, a que se refere o parágrafo 1º do artigo 23 do estatuto social da empresa, o qual prevê a contratação de seguro permanente em favor de seus administradores “para resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos”, bem como de eventuais versões anteriores a 2014 do estatuto da Petrobras que tratem da contratação do referido seguro.

JUSTIFICAÇÃO

Reportagem do jornal O Estado de São Paulo de 06/08/2014 informa que, para amparar seus administradores - citados pelo Tribunal de Contas



Requerimento nº 683/14
Cristina R. Martins
Analista Legislativo
Mat. 221.664

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

da União (TCU) como responsáveis pelo prejuízo de US\$ 792 milhões aos cofres da empresa pela compra da refinaria de Pasadena – a Petrobras acionará seguro contratado nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 de seu estatuto social.

Em que pese a correção de salvaguardar os tomadores de decisão da Petrobras “das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função” como assegura o mencionado artigo, tal regra, aplicada ao caso Pasadena, que ainda está sob escrutínio do TCU e desta CPMI, pode confirmar a percepção de impunidade que permeia o resultado da ação dos envolvidos nessa transação que tantos prejuízos causou ao patrimônio daquela empresa.

Como é de conhecimento público, o voto do relator do processo que ainda tramita no TCU para apurar possíveis irregularidades na aquisição de Pasadena, ministro José Jorge, aponta que “desde os primeiros momentos da operação de compra e venda da refinaria”, parece claro que “compradora e vendedora atuaram alinhadas, buscando um objetivo comum”, qual seja o de lesar os cofres da Petrobras em benefício próprio.

Assim, para melhor compreendermos a pertinência da aplicação do previsto no estatuto da Petrobras frente aos fatos ainda sob apuração do



COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

TCU e desta CPMI – e uma vez que o assunto já está sendo levantado pela própria Petrobras – solicitamos que nos seja enviada cópia do contrato que esta empresa mantém com a seguradora contratada para atuar nas hipóteses previstas em seu estatuto, e que alcancem o período de 2005 a 2014, assim como de todos os documentos que porventura possam ser aplicados ao caso concreto da compra da refinaria de Pasadena para amparar seus administradores quanto às suas responsabilidades no ocorrido.

Solicitamos também o envio de cópias de eventuais versões anteriores a 2014 do estatuto da Petrobras a fim de examinar como a questão da contratação de seguro para resguardar seus administradores desta empresa das responsabilidades por seus atos vem sendo abordada ao longo do tempo.

Para tal pedimos o apoio dos nobres pares com vistas à aprovação do presente requerimento.

Sala das Reuniões, em 07 de agosto de 2014.


Deputado Rubens Bueno

PPS/PR